

Parlamentarismo pode ser votado em 92

O deputado Ulysses Guimarães (SP), presidente do PMDB e ex-presidente da Constituinte, engajou-se ontem ao movimento pela antecipação da revisão constitucional e do plebiscito sobre regime de governo, previstos para 1993. Ele advertiu, contudo, que a eventual adoção do parlamentarismo deve preservar o mandato do presidente Fernando Collor, "para não parecer que pretendemos limitá-lo".

Na opinião de Ulysses, tanto a reforma constitucional quanto o plebiscito devem ser antecipados para 1992, para não coincidirem com o ano pré-eleitoral de 1993. O presidente peemedebista concorda que a Constituição precisa de reparos, especialmente se o parlamentarismo vier a ser adotado, mas aponta o risco de mobilização dos setores reacionários para a derrubada das conquistas sociais aprovadas na Constituinte. "Revisão sim, marcha a ré jamais", advertiu.

O deputado paulista fez ques-

tão de chamar atenção, ainda, para a necessidade de um acordo com o presidente Collor no caso de adoção do parlamentarismo imediatamente após o plebiscito sobre forma de governo. A menos que o próprio Collor concorde, entende Ulysses que o mandato do atual presidente deve ser preservado. Mesmo porque, segundo acredita o parlamentar, dificilmente o Governo fará maioria no próximo Congresso, ficando portanto sem condições de influir na escolha do primeiro-ministro. "O maior partido ainda será o PMDB", garantiu.

PACTO

A menos que apresente propostas concretas, dificilmente o presidente Fernando Collor conseguirá atrair a classe política ao pacto social. Embora favoráveis a um entendimento nacional que viabilize um programa mínimo de recuperação da economia, líderes de diferentes partidos mos-

traram-se ontem cautelosos em sentar à mesa de negociações com o Governo Federal.

O deputado Ulysses Guimarães admite que o pacto pode ser uma saída para o País, atualmente dividido entre os riscos de inflação desenfreada ou recessão profunda. E mais: o pacto só se viabiliza com a participação dos partidos políticos, que entretanto devem ter muito cuidado antes de aceitar o convite do Governo.

Já o senador Fernando Henrique Cardoso (SP), líder do PSDB, só concorda em participar do pacto depois de conhecer as intenções do Governo - principalmente a intenção de acatar as propostas do Legislativo. "Em todos os países onde se fez entendimento nacional, as negociações foram marcadas pela flexibilidade. Aqui é o contrário. O Governo cria comissões para realizar o trabalho que cabe ao Congresso, e até agora não apresentou qualquer política concreta de distribuição de rendas".